



**Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.**

## **QUESTÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA RACIAL**

**SILVIA CRISTINA DE SOUSA CARVALHO<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente artigo versa sobre como o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira desdobrou a questão racial em questão social, mantendo uma colonialidade do poder e/ou o que consideramos como uma falsa abolição da escravatura. Para tanto, refletimos a luz de autores clássicos do pensamento social crítico brasileiro e latino-americano. Concluímos o artigo com uma síntese da análise de dados das condições sócio-raciais do município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro por materializar as reflexões sobre as desigualdades desenvolvidas na primeira do artigo, bem como a intervenção do serviço social às expressões da questão social e racial.

**Palavras-chave:** questão social; questão racial; sociedade; colonialidade.

**Abstract:** This article discusses how the development of Brazilian capitalist society unfolded the racial question in social question, maintaining a coloniality of power and / or what we consider as a false abolition of slavery. For this, we reflect the classic authors of Brazilian and Latin American critical social thinking. We conclude the article with a synthesis of the data analysis of the socioeconomic conditions of the municipality of. In the state of Rio de Janeiro for materializing the reflections on the inequalities developed in the first of the article, as well as the intervention of the social service to the expressions of the social question and racial.

**Keywords:** social issue; racial issue; society; coloniality.

### **1. Introdução**

Pensar nas expressões da questão social em um país com uma história colonial como o Brasil requer, antes de tudo, pensar como se deu a conformação desse país/Estado desde sua gênese, uma conformação assentada na dominação por meio de uma hierarquização racial que ainda não foi superada em termos econômicos, culturais e sociais nessa sociabilidade.

Nesse sentido, também pensar o serviço social nessa sociabilidade, requer pensar sob essas bases, ou seja, pensar nossa realidade

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <silvia\_s.carvalho@yahoo.com.br>.

e intervenção a partir do chão que pisamos. Analisar essa sociedade com a compreensão de que a vida social é constituída por opressões de classe, raça e gênero em uma relação consubstanciada nos permite assimilar a realidade concreta mais próxima da sua totalidade. Mas, sobre tudo, nos permite não hierarquizar opressões.

Nossa escolha por iniciar o estudo sobre a questão social e racial<sup>2</sup> se deu em virtude da nossa pesquisa para o mestrado acadêmico concluído em 2016 e inserção no doutorado em 2017. A pesquisa em questão tratou sobre o alto número de mortes da juventude Negra pelas mãos do Estado. No qual consideramos como um genocídio perpétuo e em curso da população Negra, especialmente a jovem. Ao mesmo tempo em que nos suscitou estudar o impacto desse genocídio na vida das mulheres Negras de São Gonçalo (RJ), cidade em que realizamos a pesquisa. Um estudo que acreditamos nos colocar em face das expressões da questão social na vida dessas mulheres na pesquisa para o doutoramento.

O objetivo desse artigo é de apresentar reflexões preliminares sobre a questão social como um desdobramento da questão racial. Tais reflexões constam na primeira parte do artigo e se apresentam de forma embrionária, visto que ainda estamos no processo de delimitação do nosso objeto de pesquisa, bem como, do levantamento bibliográfico e produção do conhecimento acerca dessa condição estrutural. Considerar essa reflexão em torno da questão racial representa desconstruir o pensamento hegemônico ocidental mistificado em nosso imaginário. Representa lutar, resistir ao processo de dominação iniciado no período colonial e de acumulação capitalista europeia e nesse movimento de luta, o Negro, deixa

---

<sup>2</sup> Reconhecemos a importância dos povos indígenas, como povos originários, entre outros imigrantes para o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira. Mas, por questões político-metodológicas daremos ênfase aos Negros descendentes de Africanos escravizados nessa sociabilidade. Nossa metodologia tem suas bases em autores do pensamento crítico latino-americano. Segundo Lander (2000) o pensamento decolonial parte da iniciativa de criar rupturas ao eurocentrismo e colonialismo no pensamento latino-americano. Centra-se em construir uma perspectiva de saber não eurocêntrico. A perspectiva decolonial considera o final do século XV, mais precisamente o ano de 1492 como momento embrionário do capitalismo e inclui o projeto colonial para a análise. De acordo com Lander (2000) a conquista do continente americano é o momento que inaugura dois processos que simultaneamente conformaram a história posterior: o colonialismo e a modernidade.

de ser indivíduo para se tornar sujeito histórico na conformação das classes sociais no Brasil.

A segunda parte desse artigo é resultado da pesquisa que desenvolvemos para a conclusão da dissertação de mestrado defendida em 2016. Nessa sessão, apresentamos uma breve análise de dados sobre as desigualdades sociais, raciais e de gênero no município de São Gonçalo, com base no IBGE. Dessa maneira, ilustramos as expressões da questão sociorracial no município.

## 2. A questão social na perspectiva racial

A categoria questão social, originalmente, surgiu na Europa no século XIX com o processo de industrialização no qual contribuiu para acirrar ainda mais as desigualdades sociais. No Brasil, o surgimento ou apropriação de seu conceito pelas ciências sociais se deu no início do século XX. No Serviço social há uma vasta produção intelectual sobre tal categoria, especialmente, por lamamoto (2000, p. 27) por considerar "na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho". Dessa forma, a autora define questão social como:

(...) o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

lamamoto e Carvalho (2008) atribuem o surgimento da "questão social" diretamente à generalização do trabalho livre a partir do processo de industrialização. Para os autores a exploração abusiva e a luta defensiva que o operariado desenvolve, aparecem para a sociedade burguesa como uma ameaça a moral, a religião e a ordem pública. O que torna necessário o controle social da exploração dessa força de trabalho.

lamamoto (2000/2008) disserta sobre a questão social e a sua relação com o serviço social. Entretanto, no que tange a questão racial, se fez necessário, para nossa análise, buscar subsídios em autores de outros

campos teóricos como a sociologia, por exemplo, por considerarmos que em um país com uma história colonial/racial tão recente, se torna necessário e urgente à inclusão da questão racial na análise da formação social.

O processo de desenvolvimento do capitalismo deve ser visto e revisto de forma heterogênea, diferentemente da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e incluir a questão racial é crucial para tanto. Para Quijano (2000), o eurocentrismo resume a experiência do capitalismo europeu a todo o mundo. Portanto, está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Especialmente na América, pois o capitalismo manifesta uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de relações de produção ou em termos dos povos e histórias nele articulados. Conseqüentemente, esses elementos relacionam-se, entre si e com o conjunto de modo heterogêneo, descontinuado e conflitivo. É uma tarefa complexa e difícil que carece de uma leitura da totalidade, de suas contradições e com suas devidas mediações. De forma a não cairmos em um “universalismo particular” inerente ao eurocentrismo, e, assim analisarmos nossa realidade a partir de nossa experiência enquanto “ex-colônia”. Essa leitura denuncia uma colonialidade<sup>3</sup> do poder não superada pela sociedade das mercadorias.

Nesse sentido, as análises eurocêntricas nos apresentam as dimensões de dominação e exploração da classe trabalhadora por meio do segmento do operariado/camponês europeu. Portanto, entendemos que as análises eurocêntricas não refletem a realidade de um país colonizado, marcado por relações sociais baseadas no trabalho escravo.

Dessa forma, em nossa concepção, a análise eurocêntrica, desprezou algumas dimensões – como a servidão e extermínio da população indígena e o extermínio e a exploração do trabalho escravo dos “africanos” também conhecido/inventado como “negro” – que foram parte estrutural do processo de acumulação primitiva e que propiciou o desenvolvimento das forças

---

<sup>3</sup> De acordo com Quijano (2005) colonialismo refere-se ao controle de uma área geográfica, que para ser assegurada depende da colonialidade, processo que expressa um novo padrão de poder que se baseava na articulação dos novos sistemas de dominação social e de exploração do trabalho que se constituía e se configurava como um produto central da relação colonial imposta na América. Onde passou a classificar a diversidade humana em raça como forma de submissão e domínio.

produtivas para o desenvolvimento da indústria dos países centrais, por meio do sequestro e da escravização de diversos grupos étnicos “africanos” considerados por eles inferiores, uma divisão racial do trabalho, portanto, dignos de serem usados, quando conveniente, como meio para seus fins no projeto colonial-imperialista ou desprezados conforme iremos ilustrar a diante.

Assim, Otávio Ianni apresenta uma leitura distinta de Imamoto no sentido de incluir a questão racial na formação social brasileira e, dessa forma, a questão social para esse autor está intrinsecamente ligada a questão racial. Silva (2009, p. 201), assistente social e estudiosa das obras de Otávio Ianni, faz uma importante síntese do pensamento do autor sobre a questão social como desdobramento das relações raciais e como fundamento das classes sociais no Brasil.

Como síntese do tema aqui proposto, é correto afirmar que para Ianni a questão de raça e de classe não se reduz uma à outra e precisam ser apreendidas e compreendidas em suas especificidades. Desconsiderar esse aspecto só alimenta equívocos e incompletudes nas interpretações que dissociam a questão de raça da classe, não incorporando a condição das “pessoas na estrutura de classes da sociedade, sejam elas classes sociais em formação, amadurecidas ou em situação de crise” SILVA (2009, p. 201 apud Ianni, 1988, p. 178).

Silva (2009) disserta que o trabalho escravo e a exploração da força de trabalho dos Negros colocam a questão social no cerne da formação da social brasileira e da própria história da questão social. Para Silva (2009) a abolição da escravatura e a emergência do trabalho livre instaura uma “nova” relação de poder entre os que detêm os meios de produção e os que detêm a força de trabalho o que gerou mobilizações de ambas as partes. Dessa forma, os trabalhadores e trabalhadoras lutaram e protestaram por melhores condições de vida e de trabalho, no campo e na cidade, pretendiam reformas e tinham como horizonte a revolução social.

Essa “nova” relação de poder, oriunda das desigualdades sociais do período pós-colonial é o que a maioria dos autores conceitua como questão social. No entanto, Ianni concebe que o trabalho está no centro da questão social e inclui o trabalho escravo como momento

germinal. Corroboramos com a leitura de Ianni por considerarmos que o colonialismo nas Américas foi a fase inicial da sociedade das mercadorias e dessa maneira possibilitou a acumulação primitiva que fomentou o desenvolvimento das forças produtivas não só da sociedade capitalista europeia, mas também no Brasil.

Williams (2012) aponta que os séculos XVII e XVIII foram os séculos do comércio e o século XIX o da produção na qual o comércio de escravos “africanos” foi a fonte de origem desses dois empreendimentos, em que a mercadoria humana era a que mais gerava lucro e propiciava o comércio das demais, em um sistema de trocas promovidas especialmente pelos ingleses. Apoiado em Postlethwayt, Williams (2012, p. 89), define o tráfico de escravos como “o primeiro princípio e a fundação de todo o resto, a mola principal da máquina que coloca todas as rodas em movimento.” Um movimento responsável por tornar a Inglaterra uma potência imperialista por meio da escravização “africana”.

A leitura de Williams (2012) nos cabe perfeitamente, visto que o Brasil também passou pela experiência colonial. A escravidão “africana” foi a estrutura econômica que “desenvolveu” o Brasil. Williams (2012, P. 37) nos diz que “os negros foram roubados na África para trabalhar nas terras roubadas dos índios na América.”

Na esteira de produções no qual o Negro(a) (ex-escravizado(a)) foi contemplado, Fernandes (1968), expôs que os “negros” libertos não foram inseridos no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, inaugurando, junto com o campesinato, o exército industrial de reserva ou, conforme Nascimento (1978), deixados a sua própria sorte. Para Fernandes (1978) o padrão brasileiro de relação social, que predomina até hoje, foi construído por uma sociedade escravista, ou seja, para manter o “negro” sob a sujeição do “branco”.

Na obra de Fernandes (1968) o Negro não teria sido integrado na sociedade de classes por ter sido substituído por imigrantes europeus. O autor elenca os motivos pelos quais não se deram essa integração e recebeu duras críticas de outros autores sobre a sua perspectiva, dos quais afirmaram que o fato dos Negros não terem sido integrados na sociedade de classes se

deu pelo racismo enraizado na elite eurodescendente e assim foram inclusos de forma desigual.

Azevedo (1987) demonstra que na leitura de Florestan Fernandes a marginalização do “negro” se deu por conta da própria herança da escravidão carregada por ele. Para Fernandes o “negro” se mostrou apático, despreparado em termos ideológicos para o trabalho livre, e o imigrante europeu, se mostrou disciplinado e responsável, condicionado à ética do trabalho contratual, necessários aos anseios de mobilidade e ascensão social. Ademais, na leitura de Florestan Fernandes, segundo a autora, ao contrário do imigrante, o “negro” não possuiria laços familiares tão necessários à reprodução e estabilidade de sua força de trabalho. Sendo assim, faltava “a autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas condições que poderiam ordenar, espontaneamente, a regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico” (AZEVEDO, 1987, p. 23). A alternativa de substituí-lo com facilidade, uma vez que os imigrantes eram numerosos e bem considerados, o ex-escravizado saiu derrotado na competição ocupacional e econômica, e passou a ser visto como “vagabundo” e “inútil”, determinando sua concentração em “ocupações indesejáveis ou insignificantes”.

Schwarz (2000), constata que a marginalização do “negro” também é fruto do obscurantismo da ideologia liberal – mas que consideramos como fetichismo por encobrir o racismo que é expresso nessa marginalização – e modernização à europeia que eclodiu no Brasil do século XIX. Não era o “negro” que não estava preparado para assumir os postos de trabalho livres advindos com a modernização, mas uma ideologia com fundamento racista que afastou o “negro” das possibilidades de emancipação que a modernidade prometia.

A ideologia de uma modernização, no século XIX, fez como que os estratos sociais que mais se beneficiaram com a escravidão dissimulassem os ambientes internos de suas casas rurais, nas paredes erguidas por escravos, pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos, como pilastras, etc. Na corte, a imitação se dava nos costumes, incluíam o uso de objetos refinados como cristais, lustre e porcelana, os “negros” que trabalhavam na cozinha foram trocados por cozinheiros franceses e os criados por espanhóis, a

forma como “negro” foi deixado a sua própria sorte, manifesta a sensação de um dualismo no Brasil, combinações do modernismo (SCHWARZ, 2000). Dessa forma, não era uma questão ideológica do “negro”, “autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre”, mas sim uma ideologia contradizente dos princípios emancipatórios de arbítrio do liberalismo.

Silva e Carvalho (2010) expõem as reflexões de vários autores que criticam afirmações como: a falta de conhecimento para operar os meios de produção industriais, visto que os trabalhadores brancos europeus também originaram do campo, logo, a competência técnica não seria justificativa para explicar a preferência aos europeus em detrimento dos “negros” pelos empregadores capitalistas; e a ausência de luta do “negro” sobre a escravidão, segundo Silva e Carvalho (2010) essa afirmação despreza toda a história de luta do povo escravizado, bem como a fuga e formação de quilombos, registros e análises históricas que comprovam lutas e resistência contra a escravidão, em todas as formas, mesmo por caminhos individuais, com recursos liberais jurídicos de acordo com Grinberg (2008).

Para Silva e Carvalho (2010, p. 13), a marginalização do “negro” se configura pelo caráter desigual da sociabilidade burguesa:

A consideração de que o negro, só terá condições de superar seu estágio de marginalização integrando-se a sociedade capitalista, como afirmou Florestan, encontra alguns limites do ponto de vista teórico na medida em que não conseguiu visualizar que os negros não estão à margem do sistema capitalista brasileiro. Mas integrados de forma desigual não somente no mercado de trabalho, mas também no plano das relações políticas e econômicas.

A desigualdade no plano das relações políticas, culturais e econômicas são, para Ianni (1989), os fundamentos da questão social e, conseqüentemente, sua latente relação com a formação das classes sociais na sociedade/Estado capitalista no Brasil.

### **3. São Gonçalo e a sua relação com o enfoque étnico-racial, gênero e a questão social.**

Essa sessão é parte do resultado da pesquisa desenvolvida em 2016 à conclusão do mestrado acadêmico

conforme mencionado na introdução desse artigo. A escolha do município de São Gonçalo para nossa pesquisa empírica reflete nosso interesse em entender a realidade desse município que, de acordo com o IBGE, é o segundo município mais populoso do estado do Rio de Janeiro com uma estimativa em 2017 de 1.049.826 habitantes, perdendo apenas para a capital que possui 6.520.266 habitantes e o terceiro município do país, desconsiderando as capitais, ficando atrás de dois municípios o estado de São Paulo – Guarulhos e Campinas (1.324.871 e 1.164.098 respectivamente).

Nosso objetivo nessa sessão é apresentar o perfil econômico e social da população de modo geral por meio de um recorte racial. Buscamos dados como: Valor do rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, de acordo com a autodeclaração da “raça” e Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas. Variável: cor e “raça” (autodeclaração), sexo e idade (tabela 1); Famílias conviventes residentes em domicílios particulares com classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, Mulheres sem cônjuge com filhos (tabela 3) (nossa escolha por esse último dado se deu por conta de nos depararmos com a informação de que 52,66% das famílias de São Gonçalo são chefiadas por mulheres); e, por fim, perfil da escolaridade com recorte de cor e “raça”, 2010 (tabela 2). Com base no último censo (2010) do IBGE.

A tabela 1 demonstra que embora o "negro" trabalhe mais que o "branco", tem o rendimento menor. O IPEA (2014) demonstra essa realidade a nível nacional por meio de uma pesquisa que analisou os indicadores sociodemográficos da população brasileira, evidenciando diferenças entre a população “negra e branca” no período de 2001 a 2012. De acordo com o IPEA (2014) em 2012, os “negros” lideravam o ranking de recebimento em média de 1/4 a 1,5 salários mínimos em relação aos “brancos”, mas quando os valores de recebimento do salário começam a subir os “brancos” passam a liderar o ranking, ou seja, embora os “negros” sejam mais ativos economicamente que os “brancos”, conforme demonstraremos na tabela 1, São Gonçalo reflete a desigualdade que se inscreve a nível nacional, os brancos recebem salários mais

altos. Isso significa que os “negros” produzem mais, mas os “brancos” são, historicamente desde o tempo colonial mais beneficiado.

Outro dado, que nos chamou a atenção na tabela 1, foi o fato do preto receber menos que o pardo. Estamos demonstrando o somatório das duas categorias resultado da luta política do Movimento Negro, em que o IBGE soma as categorias preto e pardo como negro. No entanto, fica flagrante em nossa análise, o racismo de marca que se expressa no Brasil, reforçando o mito da democracia racial (NASCIMENTO 1978), quanto mais clara o tom da pele for, mais se é “beneficiado”, basta carregar os traços fortes do “negro”, um produto indissociável do capitalismo, inventado para significar “exclusão”, embrutecimento e degradação (MBEMBE, 2014; NOGUEIRA, 2007). Também demonstra que a desigualdade social, logo, a questão social, está intimamente ligada à questão racial.

Tabela 1: Desigualdade econômica entre negros e brancos

São Gonçalo: Valor do rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, de acordo com a autodeclaração da cor e “raça”, 2010							
Branco	Preto	Pardo	Negro*	Indígena	Amarelo		
1.244,15	985,77	1.004,17	994,97	692,96	1.044,21		
São Gonçalo: Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas. Variável: cor e “raça” (autodeclaração), sexo e idade, 2010							
Total: 497.683			Cor e “raça”				Idade
	Homens	Mulheres	Negro*	Branco	Indígena	Amarelo	15-24
	273.162	224.521	282.336	212.574	369	2.405	80.527
Percentual	54,89%	45,11%	56,73%	42,71%	0,07%	0,48%	16,18%

Fonte: IBGE (2010). \*soma de pretos e pardos, Elaboração própria

Devemos levar em consideração a questão da escolaridade, mas essa questão também reflete um tempo histórico colonial, pois, mesmo depois do fim da escravatura no século XIX, os “negros”, foram deixados a sua própria sorte, conforme explicita Nascimento (1978). Os dados educacionais do IBGE (2010),

que constam na tabela 2 abaixo, mostram que a desigualdade na educação continua refletindo a história colonial. Do total da população de São Gonçalo (999.728), 32,24% não tem instrução ou tem apenas o ensino fundamental incompleto, representando 362.246 pessoas, desse número, 62,17% são “negros” e 37,32% são “brancos”; num outro extremo, na formação superior esse ranking se inverte, em relação a população total, 4,88% pessoas possuem formação superior, equivalendo a 48.836 pessoas, das quais 38,93% são “negros” e 60,72% são “brancos”

A condição desfavorável do “negro” em relação a educação é histórica. Araujo (2013), nos demonstra que ao “negro” foi relegado o direito à educação. Segundo a autora, a primeira contradição encontra-se na primeira constituição brasileira de 1824, logo no primeiro artigo, consta que o Brasil é constituído de uma “nação livre” em pleno período escravocrata (Art. 1º O império do Brazil é a associação política de todos os cidadãos Brasileiros. Eles formam uma nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha à sua independência. (BRASIL, 2000) ), ou seja, o “negro não era considerado parte dessa nação e por isso seu genocídio seguiu em curso em todas as dimensões da vida. Conforme Arendt (1983) concebe a perda de cidadania como um fator para o genocídio, assim, a definição de cidadão brasileiro, no marco liberal, retirava os “negros” da população brasileira, promovendo sua “exclusão social”.

Mesmo com abolição da escravidão em 1888, só em 1930 foi permitido ao “negro” frequentar as instituições de ensino, mas, ainda assim eram muitos os que sofriam represálias pela sua permanência nas instituições. Contudo, Araújo (2013) também demonstra que os “negros” não se colocaram como espectador e cruzaram os braços, contrariando o mito da indolência que alguns autores brasileiros defendem como Azevedo (1987) denunciou. Ao contrário, por meio dos Movimentos os Negro<sup>4</sup> tiveram acesso à educação, além

---

<sup>4</sup> As escolas criadas pelos próprios negros comprovam a busca por instrução. Cursos de alfabetização, curso primário regular e um curso preparatório para o ginásio oferecido pela Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (Munanga, 2006) Uma escola criada pelo professor Pretexto em 1853 de instrução primária para meninos de cor preta. As escolas formadas pelos próprios negros são experiências que embora tenham existido, quase não dispõem de registro histórico. Alguns trabalhos levantaram informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas no ano de 1860 e o Colégio São Benedito,

dos jornais voltados para população Negra que tinha como objetivo instruir e orientar essa população à busca pela educação por acreditarem que só assim o “negro” poderia ascender socialmente.

Tabela 2: Desigualdade racial na escolarização

São Gonçalo: perfil da escolaridade com recorte de cor e “raça”, 2010					
Escolaridade	Cor e “raça”				
	Total	Branco	Negro*	Indígena	Amarela
S/instrução e fundamental incompleto	362.246**	135.190	225.198	306	1.235
Percentual	100%	37,32%	62,17%	0,08%	0,34%
Fundamental completo e médio incompleto	180.710	76.305	103.314	99	994
Percentual	100%	42,23%	57,17 %	0,05 %	0,55%
Médio completo e superior incompleto	227.356	134.094	141.648	226	1.387
Percentual	100%	59%	62.3%	0,1%	0,61%
Superior completo	48.836	29.655	19.011	45	125
Percentual	100%	60,72%	38,93%	0,09%	0,26%

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

\*soma de pretos e pardos.

\*\* esse número representa 36,24% da população total (999.728) de São Gonçalo.

A grande maioria das famílias de São Gonçalo são chefiadas por mulheres, especialmente, das famílias que não tem rendimento mensal até as que recebem 1 ½ salário mínimo, como demonstra a tabela 3 abaixo. Assim, três questões nos chamam a atenção: Não encontramos informações disponíveis para afirmar que essas mulheres são “negras”, mas, o perfil traçado pelos dados de níveis de desigualdade social da população pelo IBGE em São Gonçalo, as mulheres representarem 52,46% da população de São Gonçalo, desses 52,46%, as mulheres Negras representam 56,85% da

---

criado em Campinas em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade (BARBOSA, 1997). Souza (1998) ainda afirma que em uma análise dos alunos integrantes da escola pública entre 1989 e 1932 revela o favorecimento de determinados grupos sociais e a exclusão de outros grupos. Este fato indica que a escola pública no Brasil não tinha a finalidade de oferecer o ensino público para toda sociedade. (ARAÚJO, 2013 P.25)

população economicamente ativa feminina, assim, nos permitimos aferir que a maioria dessas mulheres, responsáveis por famílias monoparentais, são Negras. A outra questão está na relação com o nosso objeto, o genocídio da juventude “negra”. Oliveira (2015) nos desperta para pensarmos na realidade dessas mulheres responsáveis pela família, na reprodução material da vida no contexto de genocídio que estamos estudando. Percebemos que a faixa etária que mais morre é a mesma que representa 16,18% da população ativa economicamente, no município de São Gonçalo, de acordo com IBGE então no contexto de solidão da mulher, seja por escolha ou por abandono, a perda de um filho representa não só a perda de um ente amado, mas também de auxílio econômico que acaba por impactar na reprodução da vida material familiar.

Tabela 3: Condição econômica de famílias monoparentais chefiadas por mulheres

São Gonçalo: Famílias conviventes residentes em domicílios particulares com classes de rendimento nominal mensal familiar per capita, Mulheres sem cônjuge com filhos, de acordo 2010.			
Salário mínimo	Total de famílias	Mulheres sem cônjuge com filhos	Percentual
0	4.993	3.913	78,37%
Até ¼	1.296	1.018	78,55%
1 a 2	3.941	1.604	40,7%
¼ a ½	4.164	2.626	63,06%
2 a 3	725	239	32,96%
3 a 5	438	111	25,34%
< 5	145	0	0%
Total tabela	15.702	9.511	60,57%
Total IBGE	22.609	11.907	52,66%

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Ao analisarmos os dados gerais sobre a divisão sexual da população de São Gonçalo, nos remetemos a uma terceira questão extremamente complexa, que merece muitas mediações, mas que na medida do possível gostaríamos de salientar, dados os determinantes que a envolve como, a discursão de gênero e sexualidade<sup>5</sup> nos diversos arranjos familiares no sistema capitalista-patriarcal-

<sup>5</sup> Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra mulher e a Lei Maria da

racista e heteronormativo. Acreditamos que mesmo levando em consideração de que as composições familiares ultrapassam o padrão normativo burguês - homem, mulher, filhos - (ENGELS, 2013), há uma discrepância exacerbada no alto número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres em São Gonçalo. De acordo, com o censo (2010) do IBGE, a população total é de 999.728, composta por 475.264 de homens e 524.464 mulheres, no qual as mulheres são em maior quantidade, aproximadamente, 5% que os homens, em um análise bem conservadora, equivaleria, em termos de proporção, 1,10% de mulher para cada homem. Porém, os dados da tabela 3 expressam uma média de 52,66% do total das famílias chefiadas por mulheres, chegando a ser 79,46% nos acasso de famílias sem rendimento e com renda de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Isso significa que quanto maior o nível de pobreza, maior é a quantidade de mulheres responsáveis pela família.

Mas, o que explicaria esse fenômeno? Se buscarmos a resposta na história de como as relações sociais se forjaram no capitalismo desde seu estado primitivo, com base no recorte racial, encontraremos um indício do que poderia explicar a “solidão” da mulher “negra” contemporânea.

Segundo o que Oliveira (2015), o violento processo de desterritorialização, a partir do século XVI, da “África” para as “Américas”, com objetivo de acumulação do colonizador, teve como estratégia a desapropriação da memória e de sua identidade como mecanismo de espoliação dos escravizados de suas experiências e consolidar a dominação. Ainda, no navio negreiro, os escravizados eram misturados para criar um corte na memória de grupo e evitar levantes intensos. Dessa forma, famílias inteiras foram separadas, processo que permaneceu todo o período escravocrata nas “Américas”, com o objetivo de manter a exploração econômica representada pelo lucro do trabalho escravo, sem impedimentos, além da disseminação do auto-ódio, por si e pelos outros (NASCIMENTO, 1978).

---

Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo e Serviço Social.

Nascimento (1978, P. 62) descreve a mulher Negra, no Brasil, como vilipendiada nas relações sociais, para ele essa relação se expressa na seguinte frase: “mulher branca para casar, negra para trabalhar e mulata para fornicar”. A “mulata” significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana se tornando só objeto de fornicação, enquanto a mulher “negra” continuou relegada à sua função original de trabalho compulsório do qual exploração econômica e lucro definiu seu papel social. O que reflete na construção da pirâmide social, em que a mulher “negra” ocupa a posição da qual é suplantada por todos os demais estratos (1º homem “branco”, 2º mulher “branca”, 3º homem “negro”, 4º mulher “negra”)

A pirâmide social mencionada acima é constituinte do trabalho livre. Na consideração de Iamamoto e Carvalho (2008) o surgimento da “questão social” está diretamente ligado à generalização do trabalho livre a partir do processo de industrialização. Nesse sentido, de acordo com a literatura e com os dados acima apresentados, a mulher Negra representa a expressão máxima da “questão social”.

O Serviço Social tem um papel importante no enfrentamento das expressões da questão social. Para Iamamoto:

(...) situar o significado da profissão de Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, faz-se necessário, inicialmente, procurar apreender o movimento no qual e através do qual se engendram e se renovam as relações sociais que peculiarizam a formação social capitalista. Buscar detectar no processo da vida social sua realidade substancial e as formas que reveste é uma tarefa preliminar. (IAMAMOTO, 2008 Pg. 29)

Dessa maneira, em nossa análise, “situar o significado da profissão no processo de reprodução das relações sociais” passa por incluir a questão racial na análise da sociedade brasileira em um movimento não só urgente, mas necessário. Especialmente diante do quadro de desigualdade social fundamentado a partir de uma hierarquização racial conforme demonstramos nos dados acima. Para tanto, torna-se essencial a formação de profissionais que tenham a compreensão de como a formação social brasileira e, conseqüentemente, a formação das classes sociais foi constituída por meio dessa hierarquização; de como o racismo é constituinte dessa sociabilidade e o

quanto somos alienados nesse processo. Então, a formação profissional cumpre um papel fundamental.

Nesse sentido, a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos currículos das Escolas de Serviço Social é de extrema importância. São leis que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Entretanto, essa implementação não deve se reduzir ao mero cumprimento de diretrizes curriculares, mas, no sentido de findar com o silenciamento histórico, acadêmico e social da população que mais demanda intervenção profissional. Desse modo, é mister uma leitura crítica sobre as bases que estruturam uma sociedade com fundamento colonial (Colonialidade).

A colonialidade exerceu um papel fundamental na disseminação do racismo na sociedade moderna. Discursos e práticas de inferiorização de todo o continente “africano” condicionou o sucesso da dominação através da hierarquização de humanos com fins econômicos e políticos, dos quais foi alicerce para o desenvolvimento do modo capitalista de produção ocidental, cristão, patriarcal. Então dar visibilidade a história de luta, resistência e sobrevivência dos descendentes dos povos originários da América e dos “africanos” na diáspora americana ultrapassa uma questão curricular, é, sobretudo um ato político.

Iamamoto (2000 p. 28) nos diz que:

(...) Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Enfrentar a questão racial na produção da desigualdade, da rebeldia e da resistência, coloca o assistente social, também em uma posição de resistência e rebeldia. Já que a sociabilidade burguesa tem o racismo como uma relação de poder que estruturou e ainda estrutura a vida social. Dessa forma, enredados(as) pelos fios que tecem a vida em sociedade, o intervir da profissão pode se dar entre o enfrentamento das desigualdades sociorraciais e a negação da mesma.

Negação inerente ao racismo que fundamenta a formação social brasileira. Uma construção social peculiar do capitalismo, do qual as relações sociais forjadas nele é um dos fundamentos da questão social e o seu maior poder está em desapropriar a vida em todas as suas dimensões.

#### **4. Considerações finais**

A formação social brasileira tem como marca, um passado violento e desigual intrínseco de uma sociedade colonial. A modernidade chegou com a promessa de progresso e emancipação humana com a ideologia iluminista, contraditoriamente, foi o período que mais escravizou africanos. O progresso e a emancipação eram destinados apenas aos seus idealizadores: o europeu (homem) heterossexual, cristão.

A revolução industrial tratou de acirrar ainda mais as desigualdades sociais e nesse contexto foi cunhada a categoria questão social. No entanto, consideramos que embora o termo tenha sido criado no século XIX na Europa e no século XX o Brasil tenha se apropriado, suas expressões já se manifestavam no período colonial, em decorrência da exploração do trabalho compulsório de africanos e seus descendentes. Essa relação, mesmo com o anacronismo conceitual, nos conduz a afirmar que a questão social é um desdobramento da questão racial.

Sobretudo quando nos deparamos com os dados de São Gonçalo que de acordo com o IBGE: 1) brancos recebem salários mais altos que negros, mesmo com os negros trabalhando mais que os brancos; o preto receber menos que o pardo confirmando o mito da democracia racial e a desigualdade social como intimamente ligada à questão racial; 2) desigualdade na educação, do total da população de São Gonçalo (999.728), 32,24% não tem instrução ou tem apenas o ensino fundamental incompleto, representando 362.246 pessoas, desse número, 62,17% são “negros” e 37,32% são “brancos”; num outro extremo, na formação superior esse ranking se inverte, dos quais 38,93% são “negros” e 60,72% são “brancos”. Esse é contexto de desigualdade sociorracial que o assistente social irá atuar. Por fim, o profissional de serviço social tem como objeto a desigualdade social, essa desigualdade foi conceituada como “questão

social”. Portanto, enquanto profissionais que atuam na “tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência”, conceber a questão social como desdobramento da questão racial representa rebelar-se contra o paradigma eurocêntrico.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Bárbara Maria Viana de. **A história da educação do negro no contexto da atualidade**. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.
- AZEVEDO, Celia Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. 2013. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.htm>>. Acessos em: 20 maio 2016 .
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. **Biblioteca de Ciências Sociais**. RJ: Zahar, 1968
- \_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 1.
- GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**
- IPEA. **Situação social da população negra por estado**. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_situacao-social-populacao-negra.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacao-social-populacao-negra.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- LANDER, Edgar. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: \_\_\_\_\_. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Argentina: CLACSO. 2000. (Colección Sur Sur).
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Sevilla: Fundación BIACS. 2006.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1. 2007.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS, 2015. **Anais...** Nova Iguaçu, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Argentina: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).

\_\_\_\_\_. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina: dossiê América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005.

CHWARZ, Roberto. **Ao vencedoras batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria duas cidades, Editora 34, 2000.

SILVA, Daniel Antonio Coelho; CARVALHO, Danilo Nunes de. A Integração do Negro na Sociedade de Classes: A Resistência Negra sob Perspectiva Marxista. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, Belo Horizonte, p. 08-23, jan./jun. 2010.

SILVA, Nívia Cristiane Pereira. Questão Social e Questão Racial no Brasil: a visão de Octávio Ianni. **Revista em Pauta**, v.6, n. 23, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/454/562>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.